



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná

CNPJ: 95.642.286/0001-15

LEI nº 986/2017 de 05-04-2017

PUBLICADO EM 07/04/2017

ODIÁRIO Nº 13.192

PÁGINA Nº 5

Súmula: Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam o Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município autorizados a fazerem os pagamentos de débitos ou obrigações do Município de Ângulo, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atualmente em R\$ 5.531,31 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e um centavos), nos termos do parágrafo 4º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Assessoria Jurídica do Município cuidará, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 05 de Abril de 2017


Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CMF nº 76.251.4/20001-4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017 – PMSP

Projeto Nº 8529/17
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que atua si celebraram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.251.4/20001-4/7, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Excmo. Prefeito Municipal, Sr. Fernando Brambila, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 5.447.210-2 e inscrita no CPF/MF sob o nº 025.762.829-4/7, doravante denominado CONTRATANTE, a Empresa, **DE ANGELIS PECAS E SERVICOS DE MECANICA LTDA - EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.547.018/000-1/08, com sede em Avenida Major Jozeph, nº 261, Bairro Barro Preto, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu sócio Sr. Antônio Otonariro de Angelis, brasileiro, residente e domiciliado no município de Maringá, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.338.418-3 e inscrita no CPF/MF sob o nº 830.518.108-03, doravante denominado CONTRATADA, resolvem registrar o preço relacionado na Catálogo fornecida em razão do processo licitatório final e homologado pelo Conselho Municipal de Administração, sob o nº 055/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto desta ATA é o Registro de preço, objetivando a contratação do maior percentual de desconto oferecido sobre a tabela de preço do Sistema AUTATEK, para aquisição fracionada de peças mecânicas genuínas novas, necessárias para manutenção do veículo pertencente da Frota da Administração Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, salientando que as peças serão solicitadas em quaisquer quantidades no decorrer da vigência da respectiva Ata de Registro de Preço, nos termos do presente Edital e seus anexos, podendo ou não atingir o valor total máximo conforme segue:

LOTE 01: Peças mecânicas para veículos utilitários pesados:						
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Percentual Mínimo de Desconto	Percentual Máximo de Desconto	Valor R\$ Total
01	Peças genuínas novas, necessárias à manutenção dos veículos utilitários pesados inscricionados da frota do Município de Santa Fé - PI.	Unid.	01	40%	63%	150.000,00

Valor Máximo do Lote: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

SÍNTese: O presente Edital e seu Anexo I, constante da TABELA I, de PREÇO DA ADMINISTRAÇÃO, aplicam-se a particularidade de desconto atrelado ao contrato apresentado. A Contratada, atuará em caso de diversidade de mercadorias, consideradas para fins indeterminados e resgatados os valores para cada uma das mercadorias, considerando o valor máximo de desconto a ser concedido, salientando-se que a aquisição dos produtos é fracionada, podendo ou não atingir o valor total licitado.

SÍNTese Previsto que caso a Administração Municipal venha adquirir novas mercadorias no decorrer da vigência da respectiva Ata de Registro de Preço, desde que sejam das marcas especificadas no Anexo 01 do presente Edital, os mesmos poderão ser incluídos nos respectivos lotes, por meio de aditivo

[illegible]

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES: O parcelamto de desconto oferecido pela contratante não sofrerá alterações durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

I- São obrigações da Contratada:

a) Manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Licitação;

b) Apresentar a entrega e o cumprimento das condições de execução previstas na Cláusula Terceira e com as normas da Comissão de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.770/90;

c) Responder integralmente por danos materiais e morais decorrentes de danos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do dolo ou culpa na execução do objeto desta Ata, diretamente por seu próprio ato ou negligência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo Contratante;

d) A Contratada se obriga a prestar garantia dos produtos fornecidos, sem prejuízo aquele previsto no Edital de Licitação e no Edital de Registro de Preço, mediante, sem custos adicionais, que garanta o retorno a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua utilização, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar de comunicação;

e) Comunicar ao Contratante as alterações que forem efetuadas em sua Contrato Social;

f) Responder em nome do Contratante, perante o Poder Judiciário, em caso de reclamação, alegando represente para acompanhar a entrega e conformidade dos materiais a serem fornecidos e devidos a este contrato, junto do Contratante;

g) A Contratada deverá registrar, corrigir, remover, recondicionar ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

II- Constituem-se em obrigações do Contratante:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;

b) Fornecer as informações necessárias para a execução do objeto, que venham a ser solicitadas pelo representante da Contratada;

c) Efetuar o pagamento pelo objeto fornecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;

d) Receber os materiais, na quantidade solicitada, assegurando-se das perfis das condições de embalagem e normas técnicas estabelecidas a Contratada por qualquer taxa ou taxa resultante da má qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de servidor designado, podendo ser substituído a qualquer tempo, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a entrega e o cumprimento das condições de execução previstas na Cláusula Terceira e com as normas da Comissão de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.770/90, e que não forem previstas no prazo 72 (setenta e dois) dias úteis, sendo o registro de comunicação odo a Contratada, e que será assinado pelo representante do Contratante.

Parágrafo Único: As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto desta Ata, deverão ser registradas pelo representante do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 900/2005 e no Artigo 7º do Lei Federal 8966/03, e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quaisquer prejuízos em decorrência de sua inexecução ou de atrasos em sua entrega, conforme o Registro de Preço, seja por default decorrentes do objeto solicitado e entregue, seja por infirmitades das

51ª) Pela inexecução total ou parcial do Termo Contratual/Alta de Registro de Preço a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nos itens a seguir:

a) Advertências, em simples ocorrências não reativas a outras penalidades;

b) Multas em formas previstas no parágrafo seguinte desta cláusula;

c) Demais sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

52ª) Quando as sanções previstas no item anterior forem aplicadas, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas:

a) De 20% (vinte por cento) (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual de Registro de Preço, no caso da Contratada frustrar na execução do objeto contratado, computar-se-á de modo indissociado ao caso de fraude fiscal;

b) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Alta de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado ou pelo fornecimento irregular dos produtos solicitados;

c) Multa de 1% (um por cento) em dia, até o 10º (dezimo) dia de atraso na entrega dos produtos, de valor total dos produtos solicitados; após o 10º (dezimo) dia de atraso na entrega dos produtos será considerada inexecução do objeto contratado;

53ª) Considera-se fornecimento irregular o descumprimento não justificado quanto ao atendimento das condições estabelecidas para o fornecimento dos produtos solicitados pela Contratada;

54ª) Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

55ª) No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fixa expressamente autorizado pela Contratada, nos termos do 5º do Art. 68 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento em qualquer crédito devido ao mesmo, com retenção de qualquer empreito, sendo que não relacionado com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto a Tesouraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias contados a partir da data de notificação.

56ª) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o mesmo será encaminhado para inscrição em dívida ativa, devendo ser cobrado por via judicial.

57ª) As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, de pagamento dos seus débitos com o Município de São Paulo e a cobrança de vendas e mercadorias.

58ª) Com efeito da Administração Municipal decorrente de aplicação de penalidade ou multa, caberá a Administração e a empresa contratada a responsabilidade por todas as consequências jurídicas e financeiras aos preços ali fixados.

59ª) Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade ou multa, devem ser dirigidos à Administração superior da Administração Municipal.

60ª) Qualquer contestação recebida emando pelo correio, fax, e-mail, ou outro eletrônico ou qualquer outro meio de contato do prazo previsto em Lei, nos prazos de interposição do recurso original não terá sua data protocolada na Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado do Paraná.

61ª) A presente Ata de Registro de Preços, com a publicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Município de São Paulo, cuja data de publicação valerá como início do prazo para recurso.

612ª) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior, caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas procedimentais, relativas a esta Ata, com exceção das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

61ª) O encerramento de cada um dos prazos de validade de Preço, implica a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

62ª) A Contratada não poderá, durante a validade de preço, alterar o preço máximo de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art. 95 da Lei nº 8.666/93.

63ª) A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a validade contratual que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições de entrega, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

64ª) A Administração Municipal, se seu usuário originar, poderá, durante os termos do 20 (vinte) dias de validade da Ata de Registro de Preços, deslamar a gratuidade redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo contrato.

65ª) Todos os preços constantes em cada Termo Contratual de preço em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e até ao seu cancelamento, vencerão no dia de validade o dia de validade o dia de vencimento.

66ª) Informamos a presente Ata de Registro de Preços, as condições estabelecidas na Licitação respectiva e as normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 7.093/2010, as quais serão aplicadas aos preços e condições estabelecidas.

Estando justas e concordadas, firmam a presente Ata, em 02 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todas as fins e efeitos de direito.

Santa Fª, 28 de março de 2014.

CONTRATANTE:
Prefeitura Municipal de Santa Fª

CONTRATADA:
Antônio Generoso de Angelo

TESTEMUNHAS 1º

Jose Fernando Rosa
CPF: 4.405.102.87/11

2º

NOME:

CPF: (número)